

Como os algoritmos das Big Techs moldam o debate público?

Por Katarine Costa · 23/03/2026

Em pouco mais de uma década, grandes plataformas digitais deixaram de ser apenas empresas de tecnologia e passaram a atuar como infraestruturas centrais da circulação de informação. Controladas por companhias como Google, Meta, Amazon, Apple e Microsoft, elas utilizam algoritmos para definir quais conteúdos ganham visibilidade, influenciando diretamente o debate público e favorecendo, na lógica da economia da atenção, conteúdos capazes de manter usuários conectados por mais tempo — o que pode reforçar bolhas ideológicas e a polarização política.

Esse poder informacional se insere em uma economia global de dados marcada por fortes assimetrias tecnológicas: enquanto países do Norte Global concentram o desenvolvimento de plataformas, infraestrutura e inteligência artificial, grande parte do Sul Global atua principalmente como fornecedora de dados e consumidora dessas tecnologias, reproduzindo uma nova forma de dependência tecnológica.

A disputa geopolítica entre Estados Unidos e China também passou a envolver diretamente o setor digital, transformando plataformas e aplicativos globais em peças do tabuleiro internacional. Ao mesmo tempo, mecanismos como impulsionamento pago, uso de bots e estratégias automatizadas de distribuição ampliam desigualdades na visibilidade de conteúdos e evidenciam o impacto dessas plataformas em disputas políticas e processos eleitorais.

Diante desse cenário, cresce o debate sobre regulação e soberania tecnológica. No Brasil, propostas como o Projeto de Lei 2630/2020 buscam estabelecer responsabilidades para as empresas de tecnologia e reduzir a dependência estrutural das Big Techs.

Para analisar essas transformações, conversamos com **Arthur William**, doutorando com pesquisa em inteligência artificial, que discute nesta entrevista os impactos geopolíticos das plataformas digitais e os desafios que esse novo ecossistema informacional impõe às democracias, especialmente na América Latina.

[O pesquisador é professor do curso mídias sociais e inteligência artificial](#), desenvolvido pelo Núcleo Piratininga de Comunicação em parceria com o [escritório de São Paulo da Fundação Rosa Luxemburgo](#). E atuou no Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz, onde investigou as relações entre tecnologia, informação e poder.

Arthur William, doutorando com pesquisa em inteligência artificial
Arthur William, doutorando com pesquisa em inteligência artificial e professor do [curso mídias sociais e inteligência artificial](#)

Katarine Flor - Como você vê o papel das *Big Techs* na circulação de informações e narrativas políticas na América Latina?

Arthur-William - As *Big Techs* atuam como as novas mediadoras das informações em circulação entre as pessoas através de seus algoritmos que decidem o que cada um deve ver em suas telas. Este é um poder gigantesco que está nas mãos de poucas empresas, a maioria delas dos Estados Unidos.

Dentro de uma visão atualizada da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), cabe aos países do norte global o controle e processamento dos dados gerados pelos países do sul global. Como consequência, os critérios definidos por estes algoritmos refletem a visão de mundo de seus donos. Este processo já era crítico e foi intensificado a partir da proximidade das *Big Techs* com o governo estadunidense após a posse do segundo governo Trump.

Com a relação estreitada, as principais empresas de tecnologias passaram a operar abertamente uma agenda geopolítica. Além do viés ideológico, o que está por trás desta aliança é o investimento maciço em infraestrutura de Inteligência Artificial através do “Projeto Stargate”.

KF - De que forma os algoritmos e sistemas de recomendação podem influenciar a percepção pública sobre conflitos e sanções internacionais?

AW - Dentro desta corrida desenfreada pela liderança da IA com a China, os Estados Unidos resgataram políticas do passado como a **Doutrina Monroe** e a Política da Boa Vizinhança para controle da América Latina. A compra do Twitter pelo magnata Elon Musk, por exemplo, fez desaguar no Brasil uma forte interferência em relação à guerra informacional, sentida principalmente no período eleitoral de 2022 e a posse do terceiro governo Lula em 2023. Com a volta de Trump ao poder e o alinhamento das *Big Techs* com o governo, as plataformas abandonaram suas já poucas iniciativas de checagem de dados e combate à desinformação. A maioria das pessoas já deve ter esquecido, mas antes dos algoritmos moderando os conteúdos do “feed”, as pessoas recebiam informações a partir de fontes previamente selecionadas e na ordem cronológica. Há pouco mais

de 10 anos, as redes sociais tiveram papel fundamental em movimentos da juventude como Primavera Árabe, Occupy Wall Street, Indignados e Jornadas de Junho de 2023. Contudo, a partir da entrada dos algoritmos nas mídias sociais, ficamos cada vez mais dependentes de critérios de distribuição de informações opacos e que escondem vieses, muitas vezes preocupantes para democracias.

KF - Quais são os impactos de políticas de moderação de conteúdo, bloqueios ou restrições digitais na população latino-americana?

AW - Por se tratarem de ferramentas criadas majoritariamente por empresas dos Estados Unidos, as principais redes sociais têm seus algoritmos definidos a partir de visões de mundo diferentes daquelas da América Latina. Quando uma plataforma bloqueia a foto de uma mulher indígena ou não gera imagens de médicas negras em resposta ao prompt de “profissional de saúde”, é a face visível desta importante questão. Infelizmente, não há, no horizonte, alternativa no sul global e a esta dependência. Até a maior empresa de comunicação do Brasil, o Grupo Globo, teve que se render a este processo e passou a produzir conteúdo vertical para as redes sociais, as chamadas “novelinhas”.

KF - Até que ponto a tecnologia pode fortalecer ou distorcer narrativas políticas, direta ou indiretamente?

AW - Com a total dependência das *Big Techs* para a comunicação cotidiana das pessoas, estas empresas passam a controlar nossas formas de acesso e criação de

informações. Se você analisar a lista dos principais aplicativos usados pelos brasileiros, basicamente verá softwares dos Estados Unidos e exceções chineses como o TikTok. Através de seus algoritmos, estas empresas definem o que seus usuários terão acesso em suas telas. O objetivo não é informar, mas sim manter os usuários o máximo de tempo possível conectados, numa espécie de “jardim murado” (walled garden). Isto faz com que as pessoas sejam expostas a menos informações que a façam refletir, pois o objetivo é apenas mantê-las entretidas com os infinitos conteúdos dopamínicos. As consequências são a dependência de telas e a criação de bolhas ideológicas, na medida em que os algoritmos filtram as informações contraditórias, recomendando apenas aquelas com as quais o usuário tende a concordar. Outro ponto de atenção é o papel econômico no alcance de informações. O uso de bots e publicações impulsionadas acabam por privilegiar a distribuição de notícias de grande grupos econômicos, gerando desigualdade na produção, distribuição e acesso à informação.

KF - Quais são os principais desafios éticos e sociais no uso de inteligência artificial e plataformas digitais para temas sensíveis de geopolítica?

AW - O poder da inteligência artificial já está sendo sentido na prática em momentos de conflito armado como o vivido atualmente entre Irã, Israel e Estados Unidos. No período entre as duas primeiras guerras mundiais do século 20, houve o surgimento dos grandes grupos de comunicação, todos eles com o objetivo de veicular seu ponto de vista, numa mistura de vieses político e econômico. Agora, vemos a ascensão da IA enquanto fator de desigualdade bélico e informacional.

Países que dominam a principal tecnologia da Quarta Revolução Industrial possuem franca vantagem em relação àqueles que vivem um processo de industrialização dependente. É justamente por isso que a China resolveu investir em infraestrutura própria para fugir das restrições que os Estados Unidos impunham à venda de GPUs da NVIDIA para datacenters chineses, num processo de 'substituição de importações'. Esta disputa geopolítica não é travada apenas no campo industrial, mas envolve também uma disputa por matéria prima para os componentes eletrônicos (minerais críticos e terras raras), além do setor terciário através dos aplicativos. Um grande exemplo é o TikTok, um dos principais Apps de mídia social atual, cuja dona chinesa ByteDance foi pressionada por Donald Trump a vender sua operação majoritária nos Estados Unidos a investidores locais. A Lei de Proteção dos Americanos contra Aplicativos Controlados por Adversários Estrangeiros (Protecting Americans from Foreign Adversary Controlled Applications Act) de 2024 veio justamente neste sentido de inserir o controle das mídias sociais no tabuleiro geopolítico mundial.

KF - Na sua visão, quais caminhos ou estratégias a esquerda na América Latina poderia adotar para se fortalecer e se comunicar de forma eficaz em um contexto dominado por *Big Techs* e fluxos digitais de informação?

AW - Há basicamente dois caminhos em relação ao domínio das *Big Techs* sobre a comunicação digital. O primeiro passa pela regulação de sua atuação através de leis específicas. No Brasil, os projetos de lei 2630 de 2020 (conhecido como 'PL das FakeNews'), o PL 2338 de 2023 (PL da Inteligência Artificial) e o PL 4675 de 2025

(PL das *Big Techs*) são as principais iniciativas com este fim. Em paralelo à tramitação das leis, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou resoluções que buscam preservar o processo democrático das eleições diante das ameaças de desinformação potencializadas pelas ferramentas de inteligência artificial. O segundo caminho diz respeito à construção de alternativas nacionais às *Big Techs*, modelo implementado pela China. Infelizmente, o Brasil não priorizou no passado recente iniciativas que buscavam uma contra-hegemonia em relação às mídias sociais proprietárias de empresas dos Estados Unidos. Durante os dois primeiros governos do presidente Lula, redes sociais como o “Cultura BR”, “Radiotube” e “Overmundo”, além da chamada *Blogosfera* progressista, davam pistas de um caminho a ser seguido, contudo nem mesmo os movimentos sociais compreendiam a centralidade desta discussão à época. Debater a democratização da comunicação significava apenas tratar do controle da mídia eletrônica de massa, negligenciando o poder de *Big Techs* como a GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft).

* *Katarine Flor é jornalista, coordenadora de comunicação da Fundação Rosa Luxemburgo no Brasil e Paraguai.*

[Acesse o curso mídias sociais e inteligência artificial, desenvolvido pelo Núcleo Piratininga de Comunicação em parceria com o escritório de São Paulo da Fundação Rosa Luxemburgo.](#)

Foto: PxHere

Crédito: PxHere

Crédito: PxHere